



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

COMO AVALIAR MOTIVAÇÃO INTRINSECA NO CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Isabela Pereira Gaspar¹; Prof.^a Dr.^a Ana Paula Bortoleto²

¹ Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - UNICAMP,
i175182@dac.unicamp.br

² Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - UNICAMP,
bortolet@fec.unicamp.br

GT 17: Resíduos sólidos: economia circular e desigualdades nas cadeias globais de reciclagem frente à emergência climática

RESUMO

O estudo investiga como a motivação intrínseca para a conservação ambiental influencia decisões alimentares sustentáveis em indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil. Utilizando a Teoria da Autodeterminação, a Teoria do Comportamento Planejado e o modelo heurístico de tomada de decisão, a pesquisa adota abordagem mista com questionários e observação. A proposta inclui um programa de educação ambiental voltado à prevenção do desperdício alimentar. Os dados serão analisados por meio de modelagem de equações estruturais e modelo de Rasch. O estudo visa compreender os vínculos entre consciência ambiental, escolhas alimentares e desigualdades sociais, ampliando o debate sobre sustentabilidade com foco em justiça social.

Palavras-chave: consumo alimentar, vulnerabilidade socioeconômica, Teoria do Comportamento Planejado, heurísticas, comportamento pró-ambiental

Destaques (highlights)

- Métodos que une psicologia e sustentabilidade no estudo do consumo alimentar.
- Motivação intrínseca impulsiona escolhas pró-ambientais.
- Educação ambiental pode reduzir desperdício e incentivar consumo sustentável.
- Modelos Rasch e SEM para medir engajamento sustentável em decisões alimentares.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

A geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) é um dos principais desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade, especialmente por sua expressiva contribuição para as emissões de gases de efeito estufa (Steg; Berg; Groot, 2013). Esse fenômeno está diretamente vinculado à lógica do hiperconsumo vigente, que, como consequência, ocorre a obsolescência programada e o descarte precoce de bens, ampliando a geração de resíduos.

Contudo, essa lógica de consumo não afeta todos os indivíduos da mesma forma. A vulnerabilidade social influencia diretamente as práticas de consumo, como argumenta Hannigan (1995), ao destacar a necessidade de considerar a construção social do conhecimento ambiental nas análises socioambientais. Dessa forma, indivíduos em situação de vulnerabilidade enfrentam escolhas alimentares restritas, frequentemente tendo de optar entre uma dieta saudável e práticas sustentáveis, condicionadas por fatores econômicos (Bataillard et al., 2022).

A literatura recente evidencia o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) entre populações urbanas, particularmente em contextos de insegurança alimentar. O acesso limitado a alimentos frescos resulta em dietas menos nutritivas. Tal fenômeno está interligado com a restrição econômica, como discutido por Tavares et al. (2024), consolidando um quadro de insegurança alimentar estrutural. Portanto, torna-se relevante considerar também o papel da percepção de preços na tomada de decisão.

Apesar dos avanços na compreensão sobre o comportamento pró-ambiental, lacunas ainda permanecem quanto ao consumo alimentar, heurísticas e vulnerabilidade social. A insegurança alimentar, impulsionada por desigualdades socioeconômicas, impõe restrições significativas ao acesso a alimentos saudáveis. Por isso, é necessário compreender como esses mecanismos operam em contextos de vulnerabilidade para propor soluções eficazes e sustentáveis.

Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo propor uma metodologia sólida e contextualizada que investigue os mecanismos pelos quais a motivação intrínseca para a conservação ambiental influencia os processos heurísticos de tomada de decisão alimentar e prevenção de resíduos em indivíduos brasileiros em vulnerabilidade socioeconômica.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONTEXTO DA PESQUISA

O presente estudo tem como objeto de análise a motivação intrínseca no comportamento pró-ambiental, com ênfase no consumo alimentar. A motivação intrínseca é compreendida como a tendência natural do indivíduo de engajar-se em comportamentos por satisfação e prazer inerentes à atividade em si, sem a necessidade de recompensas externas ou pressões sociais (RYAN; DECI, 2000). Para atitudes voltadas ao meio ambiente, essa forma de motivação revela-se particularmente pertinente, visto que indivíduos que agem por convicções pessoais tendem a apresentar maior consistência e comprometimento em ações ambientalmente sustentáveis (PELLETIER et al., 1998).

De acordo com a Teoria da Autodeterminação, proposta por Ryan e Deci (2000), a autodeterminação é essencial para que haja motivação intrínseca, sendo essa autonomia percebida como um catalisador para o envolvimento ativo e voluntário em práticas sustentáveis. A aplicação dessa teoria ao comportamento pró-ambiental foi reforçada pelo estudo de Pelletier et al. (1998), que desenvolveram a escala MTES (Motivation Toward the Environment Scale), demonstrando que elevados níveis de motivação intrínseca estão fortemente correlacionados a comportamentos pró-ambientais sustentados.

A partir disso, se pode presumir que escolhas alimentares pautadas por valores ambientais refletem um engajamento duradouro com práticas sustentáveis, diferentemente de comportamentos influenciados por fatores externos (KOLLMUSS; AGYEMAN, 2002). Assim, a motivação intrínseca se apresenta como um fator crucial para promover mudanças de longo prazo no comportamento alimentar, especialmente no que tange à redução de impactos ambientais.

Em 2020, o Brasil reafirmou seu compromisso com o Acordo de Paris por meio da submissão de sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que estabelece metas ambiciosas de redução das emissões de gases de efeito estufa até 2060. Isso pois, segundo a FAO (2021), o país responde por 7,41% das emissões globais de gases de efeito estufa provenientes da produção de alimentos. Portanto, para que o país atinja suas metas climáticas, torna-se indispensável promover uma alimentação saudável baseada em sistemas alimentares sustentáveis (BATAILLARD et al., 2022). Entretanto, o processo decisório alimentar é

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

atravessado por uma multiplicidade de variáveis, entre elas o custo dos alimentos, a acessibilidade e o nível de informação da população.

A vulnerabilidade socioeconômica, definida não apenas pela renda, mas também por um conjunto de fatores estruturais, é um dos principais limitadores do acesso a dietas sustentáveis. Dados da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2024) indicam que cerca de 30% da população brasileira encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para estes, o preço dos alimentos exerce papel central na definição da dieta, o que repercute diretamente na capacidade de adoção de comportamentos pró-ambientais.

Com base no exposto, o estudo empírico será conduzido na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo como população-alvo indivíduos residentes no município de Campinas (SP). Localizada a cerca de 90 km da capital paulista, Campinas possui área de 794,571 km² e população de aproximadamente 1.139.047 habitantes, sendo o centro da Região Metropolitana de Campinas, composta por 21 municípios e população estimada de 3.491.150 habitantes.

A alta densidade demográfica do município, estimada em 881,54 hab./km², contribui para a intensificação da geração de resíduos sólidos. Embora Campinas possua um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos desde 2012, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), nenhuma medida concreta de prevenção à geração de resíduos foi implementada até o presente momento.

A escolha do recorte citado oferece uma contribuição significativa para o avanço do conhecimento entre psicologia ambiental, sustentabilidade e justiça social. Apesar dos avanços nos estudos sobre mecanismos psicológicos voltados à conservação ambiental, ainda há uma lacuna importante na compreensão das interações entre motivação intrínseca, normas sociais e heurísticas de decisão em contextos de vulnerabilidade (KOLLMUSS; AGYEMAN, 2002). Desse modo, o presente estudo propõe um olhar interdisciplinar sobre a relação entre decisões alimentares e motivações ambientais, considerando a influência de fatores estruturais e simbólicos. A análise não se limita ao comportamento individual, mas considera a construção social do conhecimento ambiental como elemento essencial na formação de atitudes pró-ambientais (HANNIGAN, 1995). Tal perspectiva amplia o escopo das investigações sobre

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

sustentabilidade ao incorporar a dimensão socioeconômica e cultural nas análises, promovendo uma abordagem mais inclusiva e representativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O comportamento pró-ambiental tem sido amplamente estudado por meio de abordagens teóricas que articulam fatores psicológicos, sociais e morais. Dentre essas abordagens, a Teoria dos Valores, Crenças e Normas (VBN), proposta por **Stern et al. (1993)**, estabelece que o engajamento em ações ambientalmente responsáveis é motivado por normas pessoais ativadas por crenças, que por sua vez derivam de valores fundamentais.

Stern et al. (1993) argumenta que diferentes orientações de valores — egoísta, altruísta-social e biosférica — estão associadas a distintos tipos de ação ambiental, incluindo o ativismo político. A percepção das consequências ambientais é mediada por essas orientações, sendo que mesmo preocupações egoístas podem levar a atitudes voltadas a preservação ambiental. O autor também identifica três dimensões do suporte não ativista ao movimento ambientalista: o comportamento de consumo sustentável, a cidadania ambiental e o apoio a políticas públicas. Essas dimensões revelam que diferentes tipos de apoio possuem variáveis preditoras específicas, sendo as normas pessoais o único fator psicossocial comum a todas as formas de engajamento ambiental. Isso reforça o argumento de que tais normas configuram uma predisposição geral ao apoio das causas ambientais.

Em consonância com a VBN, a Teoria do Comportamento Planejado (TPB), formulada por **Ajzen (1985)**, oferece uma estrutura complementar para compreender como atitudes, normas e percepção de controle moldam as intenções e os comportamentos dos indivíduos. A TPB sugere que a intenção de agir de forma ambientalmente responsável está diretamente relacionada à avaliação individual da ação (atitudes), à percepção de pressões sociais (normas subjetivas) e à percepção de capacidade para executá-la (controle comportamental percebido).

De acordo com autor, atitudes positivas em relação ao comportamento ambiental derivam de crenças sobre seus resultados; normas subjetivas refletem expectativas sociais internalizadas; e o controle percebido (PBC) sobre o comportamento está vinculado às experiências anteriores e aos obstáculos antecipados. O PBC é particularmente relevante para

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

compreender a frequência e a eficácia de comportamentos pró-ambientais, pois uma maior sensação de autonomia e competência tende a favorecer a realização de tais comportamentos.

Portanto, tanto a VBN quanto a TPB convergem ao reconhecer a importância das normas, sejam elas pessoais ou sociais, na determinação de comportamentos pró-ambientais. A integração dessas abordagens permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno, considerando tanto motivações internas (valores, normas morais) quanto fatores contextuais e cognitivos (percepção de controle, expectativas sociais).

O comportamento de consumo alimentar sustentável está intrinsecamente relacionado a fatores múltiplos e interdependentes. As escolhas alimentares podem ser interpretadas como reflexo de valores pessoais, crenças sobre o impacto ambiental da alimentação e normas morais que orientam decisões cotidianas. Contudo, essas dimensões individuais interagem de forma complexa com variáveis sociais, econômicas, culturais e políticas.

Do ponto de vista socioeconômico brasileiro, as desigualdades estruturais exercem forte influência sobre o padrão de consumo alimentar. As disparidades sobre a renda familiar dificultam o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, tornando a adoção de comportamentos alimentares pró-ambientais um privilégio.

Além disso, os impactos das mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as famílias de baixa renda, que enfrentam maiores obstáculos tanto no acesso quanto na disponibilidade de alimentos. O aumento dos preços, a redução da oferta agrícola e os problemas logísticos decorrentes de eventos extremos ampliam os índices de insegurança alimentar entre os grupos vulneráveis, conforme apontam Tavares et al. (2024). Nesse sentido, o consumo alimentar sustentável não pode ser analisado isoladamente como um ato individual de consciência ambiental, mas deve ser compreendido como um comportamento condicionado por estruturas socioeconômicas mais amplas.

PROPOSTA METODOLÓGICA

Para compreender a motivação intrínseca para o comportamento pró-ambiental, especialmente no que tange ao consumo alimentar, este estudo propõe uma abordagem metodológica mista, combinando questionário e observação. O questionário visa captar percepções, atitudes e comportamentos auto relatados, enquanto a observação busca validar esses dados por meio da verificação de comportamentos efetivos (Kaiser & Wilson, 2004). A

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

escolha metodológica fundamenta-se em dois modelos teóricos complementares: o Modelo de Comportamento Dirigido (Goal-Directed Behaviour Model) e o modelo de tomada de decisão heurística.

O *Goal-Directed Behaviour Model* (Kaiser e Wilson, 2004), propõe que os comportamentos relacionados a um objetivo ambiental são organizados em uma hierarquia transitiva, indo de ações mais simples às mais complexas. A adoção dessas ações reflete o grau de comprometimento do indivíduo com uma atitude pró-ambiental. Assim, a abordagem unidimensional do modelo, ainda que simplificada, revela-se promissora para mensurar o engajamento com metas ambientais por meio da análise de padrões comportamentais, não apenas ações isoladas.

Já o modelo heurístico de tomada de decisão (Gigerenzer e Gaissmaier, 2011), oferece uma perspectiva para compreender como os indivíduos fazem escolhas rápidas e eficientes em contextos de incerteza, como o consumo alimentar. As heurísticas, por serem estratégias cognitivas simplificadas, permitem decisões satisfatórias mesmo com informações limitadas, o que é evidente em ambientes onde o tempo e a cognição estão sob restrição. A aplicação desse modelo no campo da sustentabilidade revela como decisões aparentemente simples podem estar alinhadas a princípios ecológicos, mesmo que o indivíduo não tenha total consciência disso.

Desse modo, a estratégia do estudo baseia-se na identificação de padrões de consumo alimentar da população vulnerável socioeconomicamente, correlacionando-os às opções disponíveis nos pontos de acesso a alimentos. O delineamento do estudo contempla a aplicação de um programa de educação ambiental voltado à prevenção do desperdício alimentar e ao consumo de alimentos com menor impacto ambiental. Logo, Liefländer et al. (2015) propõem três dimensões fundamentais da educação pró-ambiental: o conhecimento sistêmico (problemas ambientais globais e locais), o conhecimento prático (ações preventivas contra o desperdício) e o conhecimento de eficácia (impactos ambientais do desperdício).

A coleta de dados inicia-se com um questionário pré-teste, aplicado uma semana antes do experimento, contendo três seções: (a) motivação intrínseca pró-ambiental, mensurada pelo Comportamento Ecológico Geral (CEG) conforme Kaiser e Wilson (2004), adaptado à realidade brasileira com itens de Bortoleto (2015); (b) conhecimento sobre problemas ambientais relacionados ao desperdício alimentar; e (c) dados sociodemográficos.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O programa educativo será conduzido presencialmente, com tarefas práticas desenvolvidas a partir da análise exploratória dos dados. Apenas o grupo de intervenção participará dessa etapa. Após o programa, ambos os grupos (intervenção e controle) serão submetidos ao experimento em laboratório, simulando contextos de consumo alimentar e prevenção de resíduos, com coleta de dados via formulário online. Um mês após o experimento, será aplicado um questionário de acompanhamento (follow-up) para verificar a retenção do conhecimento adquirido.

A amostra será composta por 50 participantes pertencentes às classes D e E do município de Campinas, selecionados com base nas categorias estabelecidas pelo IBGE quanto a sexo, estado civil e escolaridade. A seleção será restrita a indivíduos maiores de 18 anos. Embora a amostra não tenha representatividade estatística da população, busca-se garantir diversidade suficiente para permitir inferências qualitativas sobre os efeitos das intervenções.

Para a análise dos dados, serão utilizados métodos estatísticos que permitam avaliar a confiabilidade, correlação e relação causal entre as variáveis estudadas. Inicialmente, será conduzido o teste alfa de Cronbach para avaliar a confiabilidade interna dos instrumentos, seguido do teste de correlação de Spearman para identificar associações entre variáveis. Posteriormente, será empregada a Modelagem de Equações Estruturais (SEM – Structural Equation Modeling), que permite analisar relações entre constructos latentes representados por múltiplas variáveis observáveis. Essa abordagem é particularmente adequada para captar as inter-relações entre motivação intrínseca, conhecimento e comportamento pró-ambiental.

Adicionalmente, o modelo de Rasch será aplicado para mensurar a motivação intrínseca pró-ambiental com base nas respostas dos participantes, possibilitando uma análise quantitativa do grau de engajamento com comportamentos sustentáveis. Todos os dados serão armazenados em plataformas seguras da UNICAMP e o estudo será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da universidade, conforme a Resolução CNS nº 466/12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação propõe-se a contribuir para a compreensão dos fatores que influenciam o comportamento alimentar sustentável entre indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A partir do entrelaçamento teórico entre a Teoria da Autodeterminação, a Teoria do Comportamento Planejado e os modelos heurísticos de decisão,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

buscou-se evidenciar como a motivação intrínseca pode atuar como um elemento relevante para a promoção de práticas alimentares ambientalmente responsáveis.

Ao reconhecer que a motivação intrínseca não opera isoladamente, mas em constante interação com fatores estruturais e simbólicos, o estudo adota uma abordagem que transcende interpretações individualizantes do comportamento. A vulnerabilidade socioeconômica, nesse contexto, emerge como variável central na compreensão das limitações e potencialidades dos indivíduos para realizar escolhas alimentares alinhadas à sustentabilidade. Com isso, reforça-se a necessidade de considerar os condicionantes sociais, econômicos e culturais que atravessam tais decisões.

A proposta metodológica delineada neste trabalho, com enfoque misto e integração entre instrumentos qualitativos e quantitativos, busca oferecer uma leitura voltada às complexidades do campo empírico, bem como aos desafios de mensuração da motivação ambiental em contextos marcados pela escassez de recursos. Ainda que o recorte amostral e a escala da intervenção limitem generalizações amplas, espera-se que os resultados possam subsidiar futuras iniciativas de educação ambiental com foco na prevenção de resíduos e na justiça ambiental.

Por fim, reconhece-se que os caminhos para o fortalecimento de comportamentos pró-ambientais sustentáveis entre populações vulneráveis dependem de políticas públicas integradas, capazes de articular ações educativas, estruturais e regulatórias. O presente estudo, ao lançar luz sobre a interface entre psicologia ambiental e desigualdades sociais, pretende contribuir para esse debate de forma crítica e construtiva, incentivando novas pesquisas e práticas comprometidas com a transformação social e ecológica.

REFERÊNCIAS

1. ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de Classificação Econômica Brasil 2024**. São Paulo: ABEP, 2024.
2. AJZEN, I. From intentions to actions: A theory of planned behavior. In: KUHL, J.; BECKMANN, J. (Org.). **Action-control: From cognition to behavior**. Berlin: Springer, 1985. p. 11–39.
3. BATAILLARD, Anaïs et al. Food choice in vulnerable populations: A behavioral economics approach. **Journal of Consumer Policy**, v. 45, n. 2, p. 212–228, 2022.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

4. BORTOLETO, A. P. **Resíduos sólidos: práticas e educação ambiental**. São Paulo: Senac, 2015.
5. FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Emissions due to agriculture**. Rome: FAO, 2021.
6. GIGERENZER, G.; GAISSMAIER, W. Heuristic decision making. **Annual Review of Psychology**, v. 62, p. 451-482, 2011. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-120709-145346>.
7. HANNIGAN, John. **Environmental Sociology: A social constructionist perspective**. Londres: Routledge, 1995.
8. KOLLMUSS, A.; AGYEMAN, J. Mind the Gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior? **Environmental Education Research**, v. 8, n. 3, p. 239–260, 2002.
9. KAISER, F. G.; WILSON, M. Goal-directed conservation behavior: The specific composition of a general performance. **Personality and Individual Differences**, v. 36, n. 7, p. 1531–1544, 2004. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2003.06.003>.
10. LIEFLÄNDER, A. K. et al. Evaluating environmental education: Validation of the Environmental Knowledge Test (EKT). **Applied Environmental Education & Communication**, v. 14, n. 3, p. 139-150, 2015. <https://doi.org/10.1080/1533015X.2015.1061637>.
11. PELLETIER, L. G. et al. Why are you doing things for the environment? The motivation toward the environment scale (MTES). **Journal of Applied Social Psychology**, v. 28, n. 5, p. 437–468, 1998.
12. RYAN, R. M.; DECI, E. L. Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions. **Contemporary Educational Psychology**, v. 25, n. 1, p. 54–67, 2000.
13. STEG, Linda; BERG, Agnes E. van den; GROOT, Judith I. M. Environmental behavior and climate mitigation: psychological perspectives. **Environment and Behavior**, v. 45, n. 5, p. 603–629, 2013.
14. STERN, P. C. et al. Value-belief-norm theory of support for social movements: The case of environmentalism. **Human Ecology Review**, v. 6, n. 2, p. 81–97, 1999.
15. TAVARES, F. N. et al. Insegurança alimentar no Brasil e seus determinantes socioeconômicos: análise dos dados da PNAD Contínua. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, 2024.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

